



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

O AGRONEGÓCIO E O ACIRRAMENTO DA DEPENDÊNCIA NO SÉCULO XXI

Marina de Abreu Queiroz¹

Resumo: O Brasil do século XXI reflete fielmente a sua característica dependente, se voltando às bases agrícolas para geração de saldos comerciais, de maneira a cobrir os enormes déficits estruturais do Balanço de Pagamentos. Pretende-se analisar os impactos econômicos que o agronegócio traz para a economia brasileira ao concentrar e centralizar ainda mais a terra, o capital e a produção. O fomento público ao agronegócio e o novo papel das economias periféricas na divisão internacional do trabalho contribuíram para a desindustrialização da economia brasileira e para o acirramento do caráter dependente, adentrando para uma nova fase da dependência.

Palavras-chave: Agronegócio; Dependência; Especialização primária; Déficit estruturais; Questão agrária.

Abstract: The twenty-first century's Brazil faithfully reflects the dependent feature, turning to its agricultural bases to generate positive results in the balance of trade, in order to cover the enormous structural deficits in the Balance of Payments. The aim is to analyze the economic impacts of launch of agribusiness to the Brazilian society by concentrating and centralizing even more natural resources, capital and production. The public incentive to agribusiness and the new role of the peripheral economies in the international division of labour contributed to the primary specialization of the country's exporter list and to the increased dependency, entering into a new phase of dependency.

Keywords: Agribusiness; Dependency; primary specialization; Structural deficits; Agrarian matter.

INTRODUÇÃO

Ao longo das fases do capitalismo, o Terceiro Mundo sempre forneceu as bases materiais para o acúmulo de capital no centro do sistema, nos dias atuais em face da globalização comercial e financeira e do neoliberalismo, as relações de produção e de circulação se reorientaram no mercado mundial para a expansão contínua da acumulação capitalista, agora por meio dos capitais financeiro e especulativo que sobrepõe à produção e o capital industrial. A exploração e as transferências de valor entre nações avançadas e atrasadas se mantêm desde a colonização até os dias atuais, no entanto, mudam-se apenas os mecanismos econômicos de extração e apropriação da mais-valia, o conteúdo de exploração entre os países permaneceu o mesmo. No século XXI podemos identificar as transferências de valor a partir do Balanço de Pagamentos de um país, é

¹ Bacharela em Ciências Econômicas pela Ufes e Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: marinaabreu_queiroz@hotmail.com.

por meio dele que identificamos as entradas e saídas, os déficits e superávits, o envio e recebimento de lucros, juros, dividendos e as arrecadações, bem como as exportações e importações. Por essa razão, iremos analisar como os déficits estruturais no Balanço de Pagamento contribuíram para o incentivo à agricultura moderna capitalista e como tal fomento não solucionou a dependência brasileira por recursos externos, ao invés disso, acentuou-a.

Para tanto, dividiremos o artigo em duas partes, a primeira parte busca identificar as fases históricas da dependência², analisando do Brasil colônia até o século XXI como a dinâmica da economia nos países atrasados sempre foi fundamental e complementar ao desenvolvimento das nações avançadas. Além disso, será apresentada a hipótese de que vivemos uma nova fase da dependência – a quarta fase histórica – e estudaremos como essas características da nova fase provocam um acirramento do caráter dependente da economia brasileira. A segunda parte do artigo examina os antecedentes históricos do relançamento do agronegócio nos anos 2000 e procura refletir a respeito dos impactos econômicos desse modelo de agricultura para a sociedade brasileira. A nova fase da dependência, a reinserção do Brasil como produtor de commodities na década 2000 e o relançamento do agronegócio favoreceram o processo de desindustrialização da pauta exportadora brasileira.

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E AS FASES HISTÓRICAS DA DEPENDÊNCIA

O modo de produção capitalista originou-se a partir da destruição das antigas relações feudais de produção, de circulação e de trabalho. A burguesia nascente, as grandes navegações, a intensa exploração das colônias (e apropriação de valor destas) e o enorme fluxo comercial entre as nações condicionaram o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. Em todo o caso, o sistema capitalista prevê a reprodução constante do capital no processo de produção da mercadoria, em que a mais-valia se reproduz gerando mais capital. Desse modo, *é mister* compreender que para o nascimento e a reprodução do capital é necessário uma acumulação original, o ponto de partida no processo inicial do capitalismo, oriunda das relações antigas pré-capitalistas

² Utilizaremos autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e outros que dialogam com esses, mesmo que indiretamente. A TMD foi desenvolvida ao longo da década de 1970 e apareceu para contrapor os estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que acreditavam ser possível um desenvolvimento industrial autônomo nessas regiões.

dos países que desenvolveram o capital pioneiramente e também das relações que estes países desenvolvem com os não capitalistas e que garantem a maior parte da mais-valia acumulada (MANDEL, 1985).

As transferências de valor da periferia para o centro que contribuíram para a acumulação capitalista primária e constante são historicamente retratadas nas fases da dependência. Para Marini (1973) é somente quando os países (o Brasil teve sua independência política de Portugal em 1822) se tornam independente politicamente que a relação de dependência fica mais clara na interação entre países com diferentes graus de desenvolvimento. A partir disso, o papel dos países dependentes se torna mais claro na divisão internacional do trabalho por meio das exigências da Inglaterra, na nova fase do capitalismo, o capitalismo industrial.

[...]Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1973, p. 18).

Alguns autores (DOS SANTOS, 1970; AMARAL, 2012) dividem em fases históricas a dependência, a primeira fase seria a dependência colonial, em que as regiões coloniais se baseavam no modelo agroexportador e forneciam bens primários para as metrópoles. Nessa primeira fase, o capitalismo comercial ou mercantil foi substancial para gerar a acumulação primitiva necessária a fim de produzir capital industrial. Assim sendo, as regiões recém-descobertas pelos europeus nas grandes navegações tiveram um papel essencial no desenvolvimento do capital na Europa Ocidental. A segunda fase da dependência é a “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX e é caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos. Com o nascimento da grande indústria, a divisão internacional do trabalho se estabeleceu de forma que os países centrais exportavam produtos manufaturados e as colônias forneciam matéria-prima para as indústrias e bens de subsistência para os novos operários das indústrias inglesas, de modo a contribuir para o êxodo rural nos países desenvolvidos e permitir a formação de uma nova classe de operários industriais nos países europeus (MARINI, 1973). A colonização da América Latina e a usurpação de ouro e prata permitiram uma expansão dos fluxos de meios de pagamento e de mercadorias no comércio mundial, contribuindo para o desenvolvimento do capital comercial e bancário.

A terceira fase da dependência teve início na década de 1970 com um novo padrão de desenvolvimento das forças produtivas e foi chamada de dependência tecnológico-industrial. Ao longo dessa fase, as grandes corporações multinacionais realizaram inversões nos mercados internos das economias periféricas, tanto nos setores industriais quanto na produção de bens primários. Para os países subdesenvolvidos restou a tarefa de importar maquinaria obsoleta e matéria-prima dos países europeus e dos Estados Unidos da América. Nesse ínterim, os imperialistas monopolizavam diversos setores industriais de produtos com alto valor agregado e investiam seu capital nas esferas de bens acabados e matérias-primas em regiões atrasadas, para o capital local destas últimas localidades, restavam os setores não industriais. Como resultado,

[...] é travada a concentração de capital, impedida a expansão da produção, promovido o escoamento de capital para esferas não industriais e improdutivas e ampliado o exército de proletários e semiproletários desempregados e subempregados. Aí reside o real “círculo vicioso do subdesenvolvimento”. (MANDEL, 1985, p. 45).

Utilizando o método histórico-dialético para compreender a concretude da superestrutura do capitalismo, entende-se que para um país ser desenvolvido, outro necessariamente precisa ser subdesenvolvido, há uma relação desigual e combinada (MANDEL, 1985): são contrários e ao mesmo tempo complementares. Com o avanço das economias imperialistas, as economias atrasadas e que não possuíam acumulação primitiva de capital subordinavam suas produções às demandas das nações desenvolvidas, pautando suas exportações de acordo com as necessidades da burguesia imperialista e por isso são chamadas de nações atrasadas. Por conseguinte, é possível afirmar que as economias nas quais foi possível a acumulação original, como a Inglaterra, mesmo que de forma coercitiva e exploratória, conseguiram desenvolver o capital mais rapidamente, criar e expandir grandes indústrias, e por isso, podem ser chamadas de nações avançadas.

Após os anos de maior crescimento do capitalismo (1945-1970), a década de 1970-1980 foi palco de crises inerentes ao capitalismo que constituíram, novamente, um obstáculo para o acúmulo de capital, buscou-se, dessa forma, no liberalismo clássico uma saída para a estagnação e recessão da economia, apostando nos preceitos neoliberais para diminuir a atuação do Estado na economia e para que as taxas de crescimento econômico das nações apresentassem valores iguais ou maiores aos do período anterior. O neoliberalismo passou a ser imposto aos países subdesenvolvidos – principalmente latino-

americanos – por instituições internacionais³. Além do mais, na década de 1980 passa a vigorar uma nova fase do capitalismo de financeirização⁴ das economias mundiais, em que o capital financeiro domina as esferas da produção (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999). A nova fase de globalização comercial e financeira e a imposição do novo paradigma neoliberal, atual etapa do imperialismo, o “neoimperialismo” (VALENCIA, 2007) marcam o início de uma nova era para a economia internacional, com o acirramento do caráter dependentista e o estabelecimento de uma nova fase da dependência (AMARAL, 2007; CARCANHOLO, 2004).

Carcanholo (2005) identifica três condicionantes histórico-estruturais fundamentais que caracterizam as relações de dependência no contexto contemporâneo. O primeiro é a recorrente redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes, evidenciando a perda nos termos de troca e a apropriação de valor feita pelas economias desenvolvidas, geralmente isso ocorre nas trocas entre os produtos primários e de baixo valor agregado em contraste com os produtos industriais e de maior valor agregado, importados dos países centrais⁵. O segundo condicionante da relação de dependência é a remessa de excedentes dos países periféricos para os países centrais, como juros, lucros, dividendos e royalties, amortizações, pelo simples fato das nações atrasadas importarem capitais das nações centrais. O último condicionante histórico-estrutural é a instabilidade das nações dependentes perante aos mercados financeiros internacionais, um exemplo seria a volatilidade da taxa de juros internacional para o fornecimento de crédito, colocando os países periféricos a mercê da liquidez internacional (CARCANHOLO, 2005).

³ Instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC determinam diretrizes neoliberais para os países subdesenvolvidos seguirem, o Consenso de Washington foi um exemplo, assim como o acordo do governo brasileiro com o FMI em 1999 que determinava o cumprimento do tripé macroeconômico – regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

⁴ Autores como Carcanholo e Sabadini (2009) e Nakatani (1999) analisam a existência, a partir da década de 1980, de uma nova fase do capitalismo, com a intensificação do já existente capital financeiro como gerador principal de “valor” para as economias, acentuando as crises do capital com a preponderância do capital fictício em detrimento do capital produtivo – o que realmente produz mercadorias constituídas de valor real –, concentrando ainda mais as decisões econômicas e políticas nas mãos de uma classe ociosa e parasitária. Como em uma relação dialética, a esfera financeira necessita se apropriar constantemente da mais-valia produzida no setor produtivo, e a esfera produtiva se torna subordinada aos interesses do setor financeiro, já que este passa a controlar as decisões de produção e investimento.

⁵ Marini (1973) chama esse fenômeno de “o segredo das trocas desiguais”.

O RELANÇAMENTO DO AGRONEGÓCIO E O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO PRIMÁRIA

A origem da propriedade privada no Brasil remonta ao século XIX quando foi promulgada a primeira lei de terras⁶ em 1850, até esse período a propriedade da terra não era privada, a Coroa obtinha o monopólio do território e concedia enormes porções de terras (sesmarias) para capitalistas-colonizadores realizarem inversões nas colônias e aumentar o fluxo das mercadorias exportadas, cuja concessão poderia ser hereditária, ou seja, passada de pai para filho.

Após um longo período como país essencialmente agroexportador e tendo como parâmetro o fato de que os países mais avançados estavam desenvolvendo rapidamente o capital industrial, a economia brasileira entra em crise. A consequência do colapso do modelo agroexportador foi a queda da monarquia e o nascimento da República. Mesmo com os incentivos do Estado aos grandes latifundiários cafeicultores, a Grande Depressão de 1929 efetivou o término do sistema de produção vigente, iniciando uma nova fase de desenvolvimento. Em 1930, após a hegemonia da oligarquia rural do café-com-leite, a burguesia industrial toma o poder com o governo do Getúlio Vargas e desde o seu primeiro mandato foi implantado um novo modelo de industrialização dependente, assim denominado por Florestan Fernandes (1975) por conta da dependência econômica aos imperialistas (empréstimos externos, dependência tecnológica, entre outros), entretanto, sem rompimentos com a oligarquia rural, que é origem das novas classes dominantes nacionais.

Graziano da Silva (1980) escreve que o período compreendido entre 1933-1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira, no qual, o setor industrial passa a se consolidar, e o país vai deixando de ser “eminentemente agrícola”. A industrialização nessa fase se dá pelo processo de “substituição das importações”, ou seja, um produto que antes era comprado no exterior, passa a ter a sua produção fomentada pelo governo através de barreiras alfandegárias, incluindo de impostos elevados até a proibição da importação do produto. Para isso, se tornou fundamental implantar entre 1955-1961 a indústria pesada no Brasil, de siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc. Após a instalação das indústrias pesadas, Graziano analisa que o governo se volta para a industrialização da agricultura com o projeto de “modernização

⁶ Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

conservadora”, isso porque diversos setores agroindustriais dependiam da produção das indústrias pesadas para existirem.

O capitalismo tardio (MANDEL, 1985) trouxe consigo a ilusão de que os países subdesenvolvidos poderiam desenvolver suas indústrias e tornarem, assim, uma economia desenvolvida. Pensava-se que para a industrialização latino-americana ter êxito, era preciso uma agricultura moderna, capitalizada, que proporcionasse aumento na produção, de modo a fornecer matérias-primas às indústrias nascentes, e alimentos para a sociedade, e, além disso, que o campo liberasse mão-de-obra para as novas indústrias. Caso a produção agrícola não correspondesse às demandas das indústrias e das cidades, instaurar-se-ia uma crise agrícola. Com o aumento da crise da economia brasileira, especialmente entre 1961-1967, o governo voltou-se para políticas públicas que favorecessem a industrialização da agricultura e o estímulo em produtos voltados para a exportação.

A proposta de “modernização conservadora” foi colocada em prática quando houve o Golpe Militar em 1964 e, então, por repressão e força militar e política, e seguindo as cinco funções clássicas da agricultura para o desenvolvimento econômico⁷, marcou-se o lançamento de um pacto virtual de Economia Política, entre o Estado, as oligarquias rurais e os setores agroindustriais, incluindo o capital estrangeiro e financeiro, o que hoje chamamos de agronegócio⁸. De fato houve uma melhora em termos de produtividade na agricultura brasileira, porém por um curto espaço de tempo. De 1967-1973, no período do “milagre econômico”, a economia cresceu significativamente, a agricultura recém-industrializada gerava saldos comerciais positivos e a indústria de base se consolidara, porém, para Graziano da Silva (1980), de 1974 em diante a economia não gerava as mesmas taxas elevadas de crescimento dos anos anteriores e o período de 1975-1977 culminou em mais uma crise agrícola.

⁷ As cinco “funções da agricultura no desenvolvimento econômico” propostas pelo funcionalismo norte-americano, que para ele o Estado deveria trabalhar para garanti-las, são elas: a) liberalização de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, b) gerar oferta adequada de alimentos, c) suprir matérias primas para a indústria, d) elevar as exportações agrícolas, e) transferir renda para o setor urbano (DELGADO, 2005, p. 4). Esta proposta dos economistas conservadores e a adoção das cinco funções da agricultura desconsideram as questões pertinentes às relações de trabalho e às estruturas fundiárias, ponderando apenas a produtividade e o aumento da produção, de forma a ignorar os problemas sociais, econômicos e ambientais provenientes da organização fundiária como está posta até os dias atuais.

⁸ O termo agronegócio veio de *agribusiness*, desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. No Brasil foi proposto por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, na década de 1980, como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio”. O agronegócio no Brasil significou o lançamento de um pacto virtual de Economia Política, entre o Estado, as oligarquias rurais e os setores agroindustriais, incluindo o capital estrangeiro e financeiro (DELGADO, 2010).

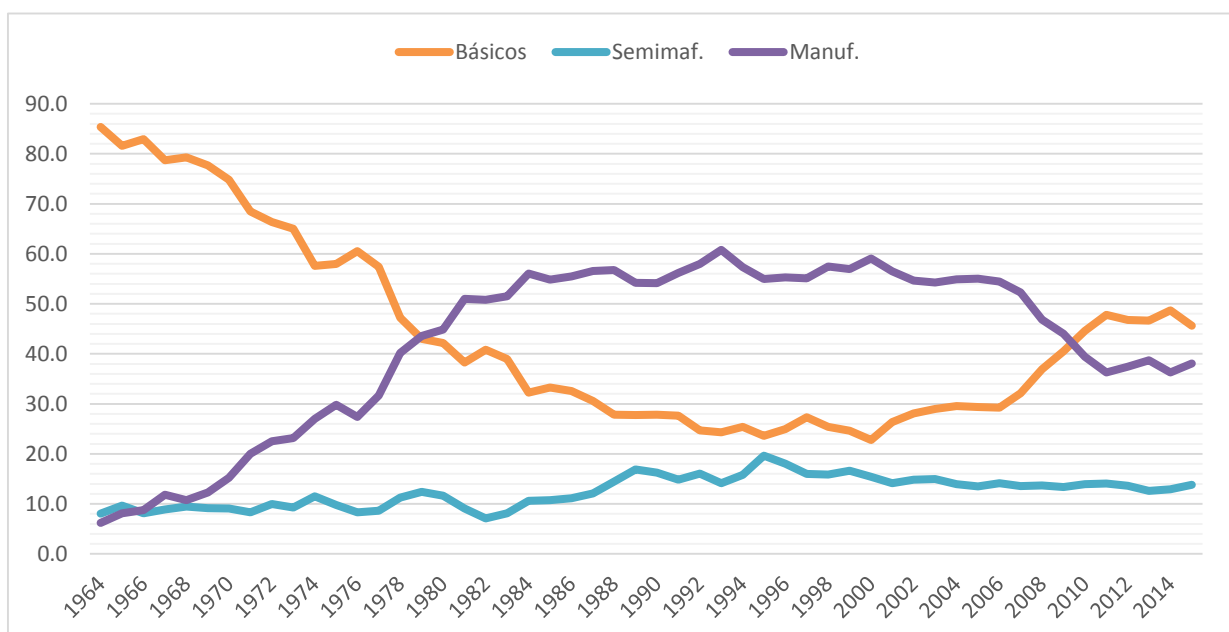
Após uma tentativa de industrialização tardia e dependente fundamentada na política de substituição de importações nos países latino-americanos, o Brasil chega à década de 1970 com uma consistente indústria de base e com empresas estatais em diversos segmentos (telecomunicações, petroquímica, siderurgia). A década de 1980, chamada de década perdida no que tange o desenvolvimento econômico, se caracterizou por ser um período de estagnação na América Latina, retraindo consideravelmente a produção industrial. O mesmo período foi palco de uma transição política e econômica no Brasil, houve nesse período uma mudança do padrão “modernizante conservador” para o padrão “econômico-liberal”, porém conservador da década de 1990, influenciado pelo imperialismo americano. Ao final da década de 1980 também deram início os processos de liberalização comercial e financeira, que se acentuaram durante a década de 1990, evidenciado pelo desmonte do aparato industrial construído nos “anos de ouro” do capitalismo, por meio de fusões, privatizações e aquisições de empresas antes estatais ou de capital nacional. A maciça inserção do capital estrangeiro e financeiro nas economias latino-americanas atestou a intensificação da dependência e da subordinação perante os imperialistas, se tornando mercê das volatilidades externas de maneira cada vez mais intensa.

A industrialização plena se tornou algo ainda mais distante para os países latino-americanos principalmente no período em que o neoliberalismo e a imposição do Estado mínimo têm ganhado espaço em contraposição à teoria do Estado de bem-estar social. A intensificação da dependência financeira internacional, demonstrada pelo próprio Balanço de Pagamentos brasileiro e seus elevados déficits, ocasionados pela nova fase do capitalismo de globalização financeira e comercial, e também pelas novas demandas imperialistas, realocaram o Brasil em uma nova divisão internacional que objetivavam a exportação de *commodities* agrícolas. Dessa forma, tal conjuntura internacional e os interesses locais acabam por levar o aparato estatal brasileiro a estimular o lançamento do agronegócio. Os órgãos internacionais (como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial) interferem fortemente na formulação de políticas macroeconômicas e fiscais, até mesmo para proteger os interesses do capital especulativo e financeiro.

O Gráfico I exhibe a participação total (%) de valor exportado (Brasil) por fator agregado, divide-se as exportações entre os grupos básicos, semimanufaturados e manufaturados. É perceptível notar que após o período agroexportador do Brasil que se

sucumbiu até a Segunda Guerra mundial, intentou-se industrializar o Brasil na fase do capitalismo tardio e dependente, observado na queda das exportações dos bens básicos entre 1964-1980, enquanto que a produção dos bens manufaturados teve sua ascensão neste mesmo período. Ao longo da década 1980 e 1990 houve uma estagnação na produção tanto dos bens básicos, quanto dos manufaturados, e, nos anos 2000 os produtos básicos retornaram sua trajetória de ascensão, e os bens manufaturados em queda, refletindo o processo de desindustrialização⁹. No ano de 2008 que os bens básicos ultrapassaram a produção dos bens manufaturados. A produção e exportação de bens manufaturados reflete o grau de industrialização e de desenvolvimento de um país, por isso, à medida que se exporta mais produtos de alto valor agregado, mais vantajoso será efetuar a troca no mercado mundial.

Gráfico I: Porcentagem (%) total da participação dos três grupos – básicos semimanufaturados e manufaturados – nas exportações brasileiras.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (Ministério da Indústria, do Comércio Exterior e de Serviços).

Após as crises mundiais (altas taxas de juros internacionais, crises do petróleo, volatilidade na liquidez internacional), a estagflação da década de 1980, as crises cambiais e fiscais do Estado na década de 1990, o Brasil se reinsere na década 2000 em

⁹ CANO, Wilson et al. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, 2012.

uma nova divisão internacional do trabalho. Delgado (2005) periodiza em três fases o período de ajustamento externo da economia brasileira após os choques externos. A primeira fase retrata o espaço de tempo entre 1983 a 1993 correspondentes à fase em que há uma retração da liquidez externa, após a Moratória mexicana (1982). Para suprir o endividamento, o governo incentiva a geração de saldos originados pelo setor primário com o intuito de enviar “renda líquida ao exterior”. Essa estratégia impactou a renda da terra¹⁰ e o preço das propriedades, ocasionando uma queda em ambos.

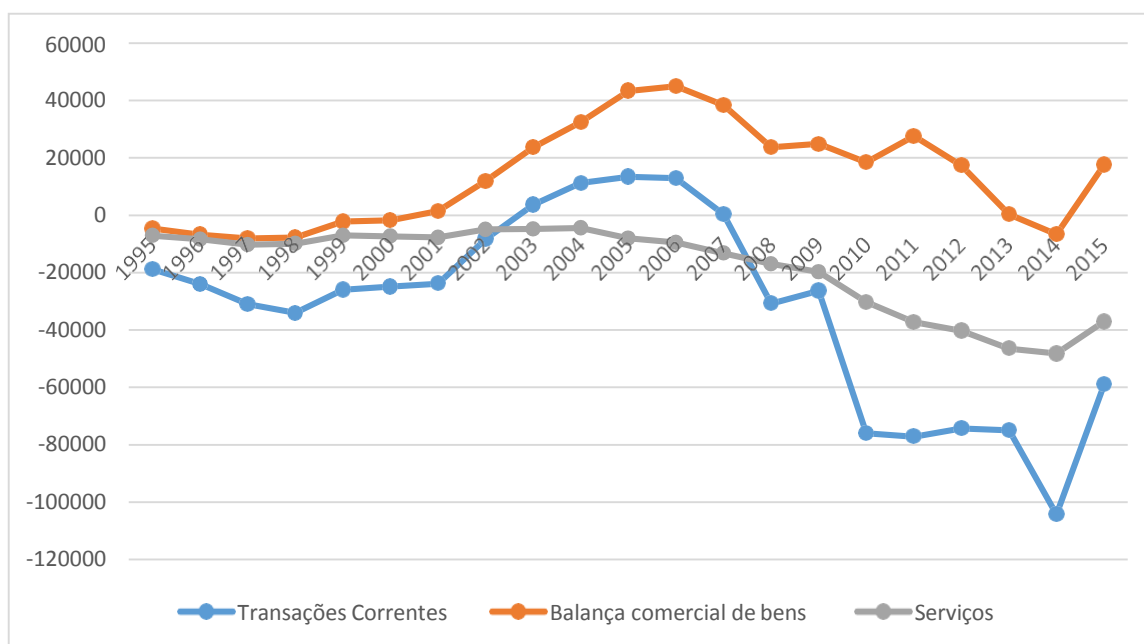
A segunda fase compreendeu o período de 1994 a 1999 e pode ser identificado como um período de folga na liquidez internacional, com o governo brasileiro adotando uma política de abertura ao capital externo após o Plano Real (1994 – Plano para estabilização monetária). Foi abandonada a política de estímulo ao saldo comercial e a política de comércio exterior foi inteiramente pautada em uma forte liberalidade, ancorada no tripé – câmbio sobrevalorizado, tarifas ultra mitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial (DELGADO, 2005, p. 10). Esse movimento traz consequências para o Balanço de Pagamentos, com elevação no déficit do saldo das Transações Correntes e déficit na Balança comercial. Outra consequência foi a desvalorização nos preços das terras agrícolas e da renda fundiária, por conta da abertura financeira e comercial, bem como pela queda nos preços dos produtos agrícolas. Ao final de 1998 a existência de uma crise econômica relacionada principalmente pelo déficit no Balanço de Pagamentos, pela crise cambial e pela volta da retração dos empréstimos internacionais (fuga de capitais), leva o Brasil a recorrer três vezes ao FMI, em 1999, 2001 e 2003, forçando o país a mudar o regime cambial e a aderir ao tripé macroeconômico imposto pelo FMI em 1999 – câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. A política de comércio (estímulo às exportações do setor primário) que havia sido abandonada em 1994 retorna de modo a suprir o déficit na Conta Corrente, expandido pela fuga de capitais que ocorria naquele período, prejudicando as reservas brasileiras.

O Balanço de Pagamentos brasileiro demonstra a partir da conta Serviços e Renda presente na Conta Corrente o quão preso o Brasil está aos juros e amortizações provenientes da Dívida Pública destinado ao pagamento dos credores, predominantemente

¹⁰ A renda da terra ou renda fundiária é o pagamento pelo direito de uso da terra que é imposto pelo capital, o proprietário da terra recebe uma renda capitalizada sem trabalhar produtivamente para recebê-la, pelo fato dele dispor do direito jurídico sobre determinada porção do território.

estrangeiros. O superávit primário, que foi imposto pelo FMI na formulação neoliberal do tripé macroeconômico, significa que após saldar as despesas com as receitas do governo é preciso sobrar recursos, chamado de superávit primário, para o pagamento de juros da dívida pública brasileira. Ademais, o envio do lucro das multinacionais instaladas no Brasil para as matrizes internacionais e a dependência do Investimento Direto Externo são outros fatores que aumentam o déficit do Balanço de Pagamentos (BP) e expressa a relação de subordinação brasileira ao imperialismo. Podemos concretizar tais informações ao analisar o gráfico II e constar que o Saldo de Serviços, que faz parte da Conta Transações Correntes, é estruturalmente deficitário, e têm ampliado ainda mais ao longo dos últimos anos o saldo negativo. Para saldar positivamente a Conta Transações Correntes, e o Saldo do Balanço de Pagamentos, a Balança Comercial tem sido historicamente utilizada.

Gráfico II: Saldo da Conta Transações Correntes, Saldo da Balança comercial de bens e Saldo de Serviços – US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil.

A terceira fase identificada pelo autor Delgado (2005) englobou o período de 2000-2002 com o relançamento do agronegócio. É consenso entre os estudiosos que o agronegócio “é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”, e que essa associação “realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de

estado” (DELGADO, 2010, p. 113). No segundo governo do Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) o agronegócio se tornou uma das prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna com políticas públicas de investimento em pesquisas, institutos e infraestrutura, crédito direcionado, regulação frouxa no mercado de terras, entre outros. Mas somente no primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2007) que houve o *boom* das *commodities* e apareceram os resultados das políticas públicas implementadas no setor agrícola, a partir do gráfico I observa-se um crescimento extraordinário das exportações no setor primário, e no gráfico II analisa-se que o saldo das Transações Correntes se tornou positivo a partir de 2003 até o ano de 2007, elevando o saldo da balança comercial e superando o déficit na Conta de Transações Correntes. Contudo, no ano de 2008 o déficit das Transações Correntes foi maior do que o superávit da Balança Comercial, demonstrando o quanto é frágil o argumento da via primária como solução para os déficits estruturais, visto que o déficit nas Transações Correntes (Balança de Serviços principalmente) é histórico-estrutural e representa o caráter dependente da economia brasileira perante os países desenvolvidos.

De acordo com a análise de Delgado (2010) a repartição do excedente econômico, na fase de expansão das exportações dos bens primários, se manifesta no modelo de “rendas de monopólio” refletindo primeiro o caráter ultra concentrado da propriedade de terras e da extração da renda fundiária, segundo a sua localização e a qualidade dos recursos naturais explorados, em terceiro o acesso a fundos públicos, favorecido pelas vantagens de emissão da dívida agrícola e o último tange as patentes tecnológicas envolvidas no processo de produção agrícola. Ocorre que com o relançamento do agronegócio se acentuam as concentrações e centralizações: da terra, da produção nas mãos de empresas estrangeiras e grandes latifundiários brasileiros, da renda da terra e da pauta exportadora em poucas *commodities* (soja, milho, açúcar-alcóol, minério de ferro e celulose de madeira). As informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA)¹¹ revelam que entre 2012 e 2014 o índice de Gini¹² foi

¹¹ NERA, Núcleo de Estudos, and Projetos de Reforma Agrária. "Relatório DATALUTA Brasil 2014." FCT/UNESP. Coordenação: GIRARDI, EP Presidente Prudente, SP (2015).

¹² O coeficiente de Gini foi desenvolvido por um italiano Corrado Gini. Esse índice calcula o nível de desigualdade entre determinadas variáveis, o coeficiente consiste em um número de 0 a 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

de 0,8333 e 0,860, respectivamente, demonstrando a elevação da taxa no período e o alto grau de desigualdade e concentração das propriedades rurais.

Podemos concluir que a forma como a agricultura têm se modernizado e capitalizado nos últimos anos traz como desdobramentos a superexploração dos recursos naturais e a superexploração dos trabalhadores rurais (MARINI, 1973), problemas que acentuam as desigualdades referentes à estrutura fundiária e as questões sociais do campo. Ocorre, de acordo com Delgado (2010), uma dupla pressão pela produtividade dos recursos naturais, novas áreas são exploradas e nelas aplica-se as técnicas existentes. As áreas que já eram cultivadas intensifica-se o grau de exploração, aumentando a incidência de produtos agroquímicos, com consequências negativas para o meio-ambiente. Mesmo com o aumento da produtividade e da produção agrícola, não há reflexos de melhora das condições dos trabalhadores rurais, ao invés disso, os salários não aumentam, não há elevação no número de trabalhadores contratados, e a imposição de jornadas excessivas, manejo de produtos agrotóxicos prejudiciais à saúde humana e a precária contratações de trabalhadores nos períodos da demanda sazonal das produções agropecuárias caracterizam as relações de trabalho como superexploração do trabalho, visto que o aumento do desgaste do trabalhador não é compensado por uma elevação nos salários (DELGADO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos naturais aparecem na história atual da economia brasileira como vetor condicionante principal da competitividade externa, revelando a situação nociva para a sociedade brasileira, pois a competitividade ser baseada em recursos naturais finitos é insustentável a longo prazo para a economia brasileira. O modelo agrícola em sua configuração atual está comprometido, visto que em 2008 após a Balança Comercial não suprir o déficit da Balança de Serviços e de Rendas, demonstrou a ineficácia da política de geração de divisas baseada na especialização primária e apoiada na produtividade de recursos naturais finitos, essa configuração acirra ainda mais a dependência externa por capitais e por investimentos. Além disso, como a pauta exportadora brasileira por bens primários é superconcentrada, duas características são desveladas, a primeira é que as *commodities* são especuladas nas Bolsas de Valores nacionais e estrangeiras, qualquer oscilação nos preços dos principais bens primários

exportados causa grandes impactos na economia brasileira. E a segunda é que o modelo concentrado de produção dos bens agrícolas – grande parte produzida nos latifúndios – é voltado para a exportação em detrimento da produção de alimentos, contrastando com a proposta da soberania alimentar¹³. As condições da agricultura pomenorizam um estilo típico de subdesenvolvimento, a questão agrária integra a essência da reprodução do padrão de subdesenvolvimento, e, para combater esse padrão, exige-se enfrentamento do modelo agrícola hegemônico interna e externamente, isso significa questionar o imperialismo em um sentido amplo, o que também conduziria a uma luta anticapitalista.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARXSENGELS. 5.; 2007, Unicamp. **Anais...** Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf> . Acesso em: 25 out. 2016.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** 2012. 161 f. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento)–Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Bacen – Banco Central do Brasil. **Série histórica do Balanço de Pagamentos do Brasil.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp>. Acesso em: 6 dez. 2016.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 4.; 2004. **Anais...** São Paulo, 2004.

CARCANHOLO, M. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REG GEN: Alternativas Globalização. **Anais...** Rio de Janeiro, UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.

¹³ O conceito de soberania alimentar pode ser delimitado a partir da Declaração de Nyéléni na conferência mundial de soberania alimentar em Mali, no ano de 2007, na qual “a soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas”. Referência: Declaração de NYÉLÉNI. *Foro Mundial por la soberania Alimentaria*. Nyéléni, Selingue, Malí. 28 de febrero de 2007.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, p. 41-65, 2009.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **QUESTÃO social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DELGADO, Guilherme C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975. 122p.

GRAZIANO, J. S. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Outras estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Serie popular Era, 1973.

QUEIROZ, Marina de Abreu. **O agronegócio e a dependência: o debate na década 2000**. 2016. 115 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)–Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SANTOS, Theotonio dos. The structure of dependence. **The american economic review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: **A QUESTÃO agrária no Brasil: o debate na década 2000**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-38.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **El mundo del trabajo en tensión: flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000**. Plaza y Valdés, 2007.